

# “Ideias para adiar o fim do mundo”: estratégias da Rede Cidadã para uma economia sustentável

## “Ideas to postpone the end of the world”: Rede Cidadã strategies for a sustainable economy

Jackeline Sibelle Freires Aires<sup>1</sup> , Fernanda Sansão Hallack<sup>1</sup> , Danielly Pierre Procopio da Rocha<sup>1</sup> , Sonalle Cristina de Azevedo da Fonseca<sup>1</sup> , Raiene Herculano Santiago<sup>1</sup> 

### RESUMO

Este artigo teve como objetivo apresentar o trabalho da Organização da Sociedade Civil (OSC) Rede Cidadã e suas contribuições para o campo da inclusão social a partir dos achados de uma pesquisa de doutoramento, realizada em regime de imersão, que acompanhou o trabalho do curso de facilitação “Terapeutas de Expansão da Consciência”, uma das frentes de ação e transmissão da OSC. Com essa articulação, ensejou-se integrar o debate acadêmico com o interior das empresas que se propõem a inovar no trabalho de inclusão social. A coleta de dados foi composta das descrições em diários de campo, levantamento bibliográfico e problematizações sobre os marcadores sociais da diferença conforme a aposta teórico-metodológica fundamentada na Teoria Ator-Rede (TAR) e na metodologia PesquisarCOM. Identificou-se que a Rede Cidadã pretende promover inovações no campo da assistência social brasileira por meio de técnicas de expansão da consciência e das Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS). Por apresentarem contribuições nos cuidados em saúde integrados às práticas de formação e capacitação profissional, concluiu-se que a OSC vem ofertando um processo de empregabilidade inovador, conectado à necessidade de gerar-se alternativas para o crescimento e o desenvolvimento econômico sustentáveis.

**Palavras-chave:** Inclusão social. Economia criativa. Rede Cidadã. Práticas Integrativas e Complementares em Saúde. Marcadores sociais da diferença.

### ABSTRACT

*This article aimed to present the work of the Civil Society Organization (CSO) Rede Cidadã and its contributions to the field of social inclusion based on the findings of a doctoral research, carried out under an immersion regime, which accompanied the work of the facilitation “Consciousness Expansion Therapists,” one of the CSO’s action and transmission fronts. With this articulation, it was possible to integrate the academic debate with the interior of companies that propose to innovate in social inclusion work. Data collection consisted of descriptions in field diaries, bibliographical survey and problematizations about the difference social markers according to the theoretical-methodological approach based on the Actor-Network Theory (ANT) and the PesquisarCOM methodology. It was identified that Rede Cidadã intends to promote innovations in the field of Brazilian social assistance through awareness expansion techniques and Integrative and Complementary Health Practices (Práticas Integrativas e Complementares em Saúde – PICS). By presenting contributions to health care integrated with training and professional training practices, it was concluded that the CSO has been offering an innovative employability process, connected to the need to generate alternatives for sustainable economic growth and development.*

**Keywords:** Social inclusion. Creative economy. Rede Cidadã. Integrative and Complementary Health Practices. Difference social markers.

<sup>1</sup>Universidade do Estado do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro (RJ), Brasil. E-mails: jackelinesfa@gmail.com; fernandahallack@gmail.com; dpierrepsi@gmail.com; sonalleazevedo@gmail.com; raienehs.psiuerj@gmail.com  
Recebido em: 13/08/2024. Aceito em: 02/10/2024

## ANÁLISE

De acordo com Roberto Agune (2014) e Sergio Bolliger (2014), devido à globalização, às aquisições tecnológicas, à liberalização econômica e às privatizações, vem se tornando cada vez mais frequentes os acordos de cooperação e alianças estratégicas para políticas de inovação entre empresas (interessadas em acessar novos mercados e tecnologias) e governos (em busca de aprimorar a sua capacitação interna, racionalizar os gastos públicos e impulsionar o crescimento econômico). Além disso, na atual conjuntura, na qual o conhecimento é um ativo econômico, os problemas se tornam cada vez mais complexos e a velocidade das mudanças é cada vez maior; acelera-se a demanda por serviços e políticas públicas de qualidade por uma sociedade conectada e articulada em rede, segundo Agune (2014).

Dessa forma, a faculdade de inovação vem sendo alçada ao patamar de essencialidade no setor privado e progressivamente também no setor público, já que as soluções para cenários complexos e de restrições orçamentárias dependem de saberes integrados, da circulação de conhecimento, da criatividade, do trabalho em equipe, da criação, da prototipagem e da implementação de novos modelos de negócio (Agune, 2014). As inovações tornaram-se processos abertos de participação e inteligência coletiva, nos quais se incluem a avaliação e o acompanhamento de políticas públicas (Bolliger, 2014).

As universidades também vêm atuando como instrumento empreendedor dessas políticas, constituindo redes capazes de potencializar as transferências de tecnologia. Desse modo, Henri Etzkowitz e Chunyan Zhou (2017) discutem que cada vez mais vem sendo implementados ambientes de cooperação entre universidades, organizações e governos para a geração, a difusão e a aplicação de conhecimentos. Nesse contexto, as discussões em torno da economia criativa vêm se destacando no âmbito acadêmico ao longo das décadas, como apontado por Jefferson Watanabe, Larissa Borges e Luciana Guilherme (2024) em estudos que traçam a cronologia desse campo. A economia criativa resulta de uma compreensão atual sobre a relação entre cultura e crescimento econômico de forma sustentável, iniciada no século XXI, em que “[...] as atividades da economia criativa têm sido destacadas como alternativas para o crescimento e o desenvolvimento econômico de países em todo o mundo” (Watanabe; Borges; Guilherme, 2024, p. 73).

Tratando-se de uma conceituação essencialmente nova, Samira Chedid (2017) aponta que a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), fórum intergovernamental subsidiário à Assembleia Geral das Nações Unidas, estabelecido em 1964, propôs a divisão das indústrias criativas em quatro eixos: patrimônio, artes, mídia e criações funcionais (Chedid, 2017). Porém, em 2012, a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, propôs a economia criativa como o quarto pilar do desenvolvimento sustentável (Chedid, 2017). Assim, agregam-se aos seus eixos as alternativas de articulação em rede para transformações sociais, que conectam saberes populares, organizações sociais e conhecimento técnico-científico para sustentabilidade econômica, social e ambiental. Comumente chamadas “tecnologias apropriadas” — ou, mais frequentemente no

Brasil, tecnologias sociais —, elas seriam um conjunto de técnicas ou metodologias inovadoras, efetivas e reaplicáveis, desenvolvidas e apropriadas em conjunto *pela e para* a população para atender às suas demandas concretas, visando a ações transformadoras para a redução da desigualdade, a inclusão social e a qualidade de vida, segundo o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTIC) (Brasil, [s.d.]a).

As quatro dimensões do conceito de Tecnologia Social convergem com a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU, [s.d.]) e seus 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), estabelecendo: introdução ou geração de inovação nas comunidades; cidadania e participação democrática; diálogo entre saberes populares e científicos; e solução de problemas sociais com sustentabilidade ambiental (Brasil, [s.d.]a). Tais empreendimentos sociais são muitas vezes realizados por Organizações da Sociedade Civil (OSC), que promovem cooperação entre sociedade e estado, visando a mudanças sociais, como a promoção de direitos, a conscientização socioambiental e o combate à exclusão social, oferecidas especialmente às populações minoritárias da sociedade, conforme aponta o site da Receita Federal (Brasil, 2022).

Essas instituições constituíram-se em um importante canal de atuação política planejada no espaço público brasileiro nos anos 1970 e 1980 em diante, confluindo pautas e aspirações. À época, elas forjaram-se como condutos para a efetivação dos princípios participativos propostos pela Constituição de 1988, implantados em resposta à pressão e à reivindicação populares. Mariana de Castro Moreira (2014) discute que a Carta Magna propulsionou e legitimou a participação cidadã tanto para a execução de políticas públicas quanto para a formulação destas, visando à garantia de direitos básicos e à sua universalização.

Integrando o campo das OSC brasileiras, temos a Rede Cidadã. Trata-se de uma entidade de assistência social que se apresenta como uma das primeiras organizações sociais a investir no trabalho social em rede. Desde 2002, ela reúne empresas, órgãos públicos, organismos sociais e membras(es/os) voluntárias(es/os) para desenvolver programas e projetos de forma continuada para a geração de trabalho e renda. Contando com sede em Belo Horizonte e atuação nacional, promove a inclusão social por meio da inserção, no mercado de trabalho, de jovens aprendizes e estagiárias(es/os), da população idosa, LGBTQIAP+, de pessoas com deficiência, entre outras(es/os), oportunizando a empregabilidade por meio de parcerias com diversas instituições e atores sociais.

Sua atuação na área de assistência social destina-se ao atendimento prioritário aos usuários descritos na Lei n. 8.742/1993 – Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). Em conformidade com o conjunto normativo que rege a Política Nacional de Assistência Social, a Rede Cidadã milita na causa da inclusão social de pessoas em situação de vulnerabilidade social promovendo a integração ao mundo do trabalho, com proteção social e garantia de direitos, nos termos da Resolução do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) n. 33/2011. Tais informações estão disponíveis no *site* público da referida OSC.

A organização destaca como sua direção investir não apenas na formação técnica de quem participa de seus cursos, mas também no resgate de seus sonhos e em

seu desenvolvimento socioemocional. Com o *slogan* “Vida e trabalho, um só valor”, a OSC concebe que as duas perspectivas, vida e trabalho, devem caminhar juntas para promover a realização profissional e pessoal dos seres humanos. Desse modo, propondo-se a ofertar práticas às quais denominam “expansão da consciência”, que vão além da capacitação profissional, oferecem formação socioemocional a todas(es/os) as(es/os) suas(ues/eus) partícipes, promovendo uma preparação mais complexa para o ingresso no mercado de trabalho e, conseqüentemente, maior probabilidade de permanência nesse espaço, à medida que buscam compreender as singularidades das histórias de vida das(es/os) educandas(es/os) e suas necessidades socioemocionais.

Neste artigo, fruto da pesquisa de doutoramento, que já passou pelo exame de qualificação de tese, intitulada *Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS) e inclusão social: articulações da Rede Cidadã*, de Jackeline Sibelle Freires Aires, temos como objetivo apresentar o trabalho da OSC e suas propostas de inovação como contribuições para o campo da economia criativa e sustentável. Com essa articulação, ensinamos integrar o debate acadêmico com o interior das empresas que se propõem a inovar no trabalho de inclusão social. Para tanto, apresentaremos um enxerto do que encontramos em uma pesquisa imersiva feita por Jackeline Aires no campo de um dos cursos de facilitação de colaboradoras(ies/es) ofertados pela OSC, denominado “Terapeutas de Expansão da Consciência” (TEX), visando apresentar sua proposta e trazer análises e reflexões sobre suas possíveis contribuições ao campo da economia criativa.

O estudo é fruto de uma cooperação em pesquisa entre a Rede Cidadã, a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e o Laboratório afeTAR, unidade de desenvolvimento tecnológico da UERJ, e contou com três pesquisadoras(ies/es) no campo da Rede Cidadã em linhas de pesquisa diferentes. Duas pesquisadoras, Dandara Chiara Ribeiro Trebisacce e Fernanda Sansão Hallack, mediante o edital do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) n. 12/2020, de 15 de maio de 2020, para inovação do Programa de Mestrado em Controladoria e Gestão Pública da UERJ; e o presente estudo (*Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS) e inclusão social: articulações da Rede Cidadã*, de Jackeline Aires), vinculado ao Doutorado pelo Programa de Pós-graduação em Psicologia Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, que recebe incentivo da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e da Rede Cidadã, mediante concessão de bolsa integral para participação de Jackeline Aires no seu curso TEX.

Caracterizando melhor o Laboratório afeTAR, coordenado pela professora doutora Alexandra Cleopatre Tsallis, da UERJ, este é um coletivo de pesquisadoras(ies/es) de todo o Brasil, da área social, da psicologia e afins, que abarca desde graduandas(es/os) a doutoras(ies/es), com focos diversificados de pesquisa. Neste, desenvolvemos projetos com base em ideais e vontade de construção de um mundo no qual possamos caber e existir de diferentes formas, fomentando o engajamento social e apostando na inovação dos processos científicos, eticamente situados.

Para o trabalho de pesquisa deste artigo, a entrada no campo elegeu como metodologia os referenciais que vimos adotando no laboratório: o PesquisarCOM e

a Teoria Ator-Rede (TAR). O primeiro método foi postulado a partir dos desdobramentos dos estudos da professora doutora Márcia Moraes (2010), membro do curso de Psicologia da Universidade Federal Fluminense (UFF), especialista em estudos sobre deficiência e processos de exclusão social. A escrita de diários de campo foi orientada pela TAR, de Bruno Latour (2008; 2012; 2020), antropólogo, sociólogo e filósofo da ciência francês, e um dos principais pensadores mundiais sobre a questão da sustentabilidade ambiental.

As duas abordagens tratam de um modo singular de fazer pesquisa, nas quais a(e/o) pesquisadora(ie/or) entra no campo como partícipe que partilha COM as(es/os) atoras(ies/es) pesquisadas(es/os), considerando tanto humanos quanto não humanos como atuantes na composição da sua descrição, que, por isso, são chamados “actantes na Teoria Ator-Rede”. Pesquisar COM tem mais a dimensão de um verbo que de um substantivo. Indica que para sabermos de determinada realidade, para sabermos mais sobre o curso TEX, por exemplo, é preciso acompanhar esse processo em ação, que se faz na prática cotidiana daquelas pessoas que a(e/o) vivenciam. Temos nomeado esse processo como “imersão”.

Também elegemos, enquanto política de nomeação dos participantes da pesquisa, trazer as autoras(ies/es) por nome e sobrenome no corpo textual do artigo — flexionando-os no feminino, em seguida na linguagem neutra (e/ie/es/ies) e finalmente no masculino — no intento de visibilizar a diversidade e enfatizar a equidade de gênero, fazendo um breve resumo biográfico das autoras(ies/es) fundamentais na nossa abordagem metodológica.

Acreditamos que estarmos atentas(es/os) a marcadores sociais da diferença que possa trazer contribuições aos movimentos sociais como possibilidade tangível de criar uma nova ordem social de pertencimento como uma aposta sustentável, conforme pesquisas de Alexandra Tsallis et al. (2020) no texto “Política de Nomes”. Elas contestam o costume de naturalizar o anonimato das(es/os) participantes das pesquisas, e, no trabalho citado, buscam “[...] explicitar caminhos alternativos que se comprometam metodologicamente com o próprio processo de pesquisar” (Tsallis et al., 2020, p. 183). Na mesma perspectiva, Monique Brito aposta na escolha política e na ética da escrita no feminino, pois “[...] durante muito tempo fomos nomeadas pelo masculino com a responsabilização da língua portuguesa por isso” (Brito, 2021, p. 14).

Assim, objetivamos, também, no presente trabalho, pensar a inclusão gerando notoriedade para a diversidade de corpos no contexto de uma OSC que se propõe à inclusão da população LGBTQIAP+, de pessoas com deficiência, em situação de rua, oriundas do sistema penal, entre outras(es/os), com uma ordenação que se propõe a questionar a hegemonia do masculino. Pretendemos que essas vozes participem ativamente deste processo de pesquisa, com base na argumentação de Ana Claudia Lima Monteiro, Maria Paula Borsoi Raimundo e Bárbara Gerard Martins (2019) de que devemos construir nossos dispositivos de pesquisa de forma a tomar nossas(es/os) *sujeitas(es/os)* como capazes de produzir agência.

Na mesma perspectiva, dialogamos com Heloisa Starling e Lilia Moritz Schwarcz (2006) acerca de raça, gênero, sexo, idade e classe enquanto categorias

classificadoras que podem ser assimiladas como construções locais, históricas e culturais. Afetam tanto a ordem das representações sociais quanto desempenham interferência real no mundo, por meio da produção e da reprodução de identidades coletivas e de hierarquias sociais. À vista disso, os “marcadores sociais da diferença” não constituem sentido apenas isoladamente, mas principalmente por meio da relação que estabelecem entre si. “Na verdade, tais marcadores servem para estabelecer *relações de relações*” (Starling; Schwarcz, 2006, p. 219, grifo nosso).

Em conclusão, marcar tais distinções no presente trabalho faz transbordar o campo no texto para podermos, academicamente, problematizar novas epistemologias que não invisibilizem a diversidade de pessoas que contribuem para o debate acadêmico.

## REFLEXÃO

De acordo Gilson Dobbin (2022), em matéria no Portal da Câmara dos Deputados, o Brasil é o país com o maior número de assassinatos de pessoas da população LGBTQIA+. O *Atlas da Violência 2021*, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), um estudo de Daniel Ricardo de Castro Cerqueira e Danilo Santa Cruz Coelho (2017) indica que a violência é a principal causa de morte na faixa entre 15 e 29 anos, perfilando a metade dos homicídios que acontecem no país. Em acréscimo, as altas taxas de suicídio de jovens entre 15 e 29 anos constituem um importante problema de saúde pública no mundo e no Brasil, em que chama atenção a sua aceleração nos últimos anos, especialmente nos grupos em situação de maior vulnerabilidade, conforme o Boletim Epidemiológico da Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde (Brasil, 2021), apurado a partir de dados que abrangem o intervalo entre 2010 e 2019.

Esses são só alguns exemplos, entre tantos outros infelizes. Queremos essas pessoas vivas, saudáveis, plenas! Fazemos ressonância com o pensamento de Emerson Merhy, médico sanitário e pesquisador brasileiro: “Qualquer vida vale a pena ser vivida. E a vida tem que ser radicalmente defendida” (Rede Unida, 2011, s/p). O Brasil convoca essa necessidade.

No cenário de inclusão brasileiro, pessoas com deficiência apresentaram, em 2019, taxas de participação de 28,3% e de formalização de 34,3% no mercado de trabalho, números muito menores do que as das pessoas sem tal condição (66,3 e 50,9%, respectivamente), sendo a taxa de desocupação observada nesse contingente (10,3%) maior do que a verificada entre as pessoas sem deficiência (9%) (IBGE, 2022). Ainda sobre a inclusão no mundo do trabalho, a população com 65 anos ou mais, de acordo com o Censo de 2022, em um estudo conduzido por Irene Gomes e Vinícius Britto (2023), cresceu 57,4% em 12 anos, e, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2060 teremos mais idosas(es/os) do que jovens em nosso país. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad), elaborada pelo IBGE e utilizada por Amanda Silva, no trabalho que discute sobre as(es/os) idosas(es/os) no mercado de trabalho, aponta que estas(ies/es) compõem o grupo com menor participação (Silva, 2024). Quanto às(es/os) jovens, Vitor

Abdala (2020) apresenta que a taxa de desemprego das(es/os) brasileiras(ies/os) entre 18 e 24 anos ficou em 27,1% no primeiro trimestre de 2020, bem acima da média geral de 12,2% do país no período.

De acordo com a discussão de Adriane Shibata Santos et al. (2023), a inclusão social é entendida pela existência de uma sociedade da qual as pessoas fazem parte. Porém, nem sempre essa sociedade entende e acolhe a diversidade inerente a cada pessoa e acaba por excluir quem seja considerada(e/o) “diferente” (Santos et al., 2023). Assim, refletindo com Sofia Favero (2022), passamos por uma intensa formação para aprender a não dar respostas simples a problemas complexos, por que diante da diversidade seria diferente?

Nessa perspectiva, ingressamos no curso de facilitação “Terapeutas de Expansão da Consciência” (TEX), de iniciativa da OSC Rede Cidadã, para vivenciar suas práticas de aprofundamento e os desdobramentos dos seus efeitos. Esse trabalho de capacitação é oferecido pela organização a suas(es/eus) parceiras(ies/os) e colaboradoras(ies/es) na intenção de compor para seu autoconhecimento e desenvolvimento como multiplicadores da técnica nas linhas de atuação da instituição. Assim, identificamos que a organização investe no que denomina “expansão da consciência”, visando à maior eficácia de seu trabalho de inclusão social.

Tal empenho tem como fundamentação o potencial que o processo de aprimoramento pessoal tem de transformar a realidade social das(es/os) atendidas(es/os), ao trabalhar sua expansão sensitiva e reflexiva, despertando no corpo a expressão das “[...] emoções e suas energias, a intuição e o pensamento integrados, os efeitos da ancestralidade, a reconexão com a natureza e a linguagem generosa da não violência consigo mesmo e com os outros” (Curadoria TEX, 2020, p. 1)<sup>1</sup>. Assim, a OSC incorpora em sua proposta metodológica a promoção da integração existencial do participante, “[...] orientada para o aumento do nível de consciência do modo de pensar, sentir, agir, ser e estar, buscando trazer modificações intensas e profundas na maneira de perceber a vida, as relações e a si mesmo” (Curadoria TEX, 2020, p. 3).

A entrada no campo de pesquisa também mostrou que o TEX agrega às suas reflexões diversas Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS), auxiliares na promoção do cuidado na rede pública de saúde brasileira. As PICS vêm sendo utilizadas, sobretudo, nos serviços de Atenção Básica no Sistema Único de Saúde (SUS), que são a porta de entrada de usuários na perspectiva da prevenção de agravos e promoção e recuperação da saúde, com ênfase na atenção primária para o cuidado continuado, humanizado e integral (Brasil, [s.d.]b). Uma das concepções centrais dessa abordagem é de uma visão ampliada do processo saúde e doença, oriunda de práticas milenares, por exemplo, a Medicina Tradicional Chinesa. Nesse sentido, estamos associando-a com a ideia de se tratarem de recursos que resgatam saberes ancestrais, tanto advindos de nossa cultura quanto de outros países.

---

1 Presente no texto de apresentação impresso no material didático de uso interno ofertado pela Curadoria do TEX a alunas(es/os) do curso.

Oferecendo recursos ampliados em atenção e prevenção, como acupuntura, fitoterapia, arteterapia, biodança, entre outros, apresentam alternativas à medicalização, proporcionando aplicações de autocuidado, participação em práticas coletivas, troca de saberes e demais estratégias capazes de colaborar com o processo de reconstrução de modos de viver. A maioria dos recursos utilizados busca resgatar a conexão entre ser humano, meio ambiente e sociedade. Trazendo um exemplo vívido do campo de pesquisa, em um dos módulos do TEX, ocorreram práticas de Tai Chi Chuan, nas quais, em grupo, de pés descalços, exercitamos o corpo fazendo algumas posturas de animais da natureza. Sempre com o convite de manter a atenção na respiração.

Em um estudo de revisão sistemática de Fernanda Costa, Rosangela Greco e Neusa Alexandre (2018), discutindo os benefícios do Yoga, uma PICS ofertada no SUS e trabalhada no TEX, encontramos melhorias de aspectos psicossociais, sintomas físicos, estresse, ansiedade, tensão, depressão, irritabilidade, disfunção social, concentração, resistência e equilíbrio, e aumento do conforto, calma, alegria, clareza, quietude, energia, bem como uma diminuição do uso de medicamentos. A OSC, também buscando certificar-se do alcance de seus resultados em seu público amplo, constatou maior tempo de permanência no emprego pelas pessoas atendidas em seus cursos de formação socioemocional, conforme apurações empíricas ao longo de um ano com grupos de controle, segundo Fernando Alves (Alves et al., 2021), diretor executivo e um dos fundadores da Rede Cidadã.

Assim, o TEX busca sensibilizar para a expansão da consciência como um mergulho interior, que pode fazer transbordar seus benefícios às(es/aos) demais. A curadoria do curso pontua que busca trabalhar os movimentos necessários para a expansão da consciência pessoal, profissional e da presença existencial de cada uma(ume/um) no mundo. Esse rastro de atuação chamam “legado”. Propõem-se que novas(es/os) profissionais sejam capazes de fazer da gestão com pessoas um caminho de expansão da consciência pessoal e profissional, de expansão das empresas e dos negócios. E afirmam: “Só quem expande a consciência transforma a realidade, a vida pessoal e a empresa onde trabalha” (Curadoria TEX, 2020, p. 1).

Portanto, conforme a OSC, investir na expansão da consciência de suas(es/eus) colaboradoras(ies/es), e contiguamente das(es/os) usuárias(es/os), por meio das práticas aprendidas, configuraria-se como um caminho oportuno para expandir o trabalho de inclusão social, na medida em que as(es/os) educandas(es/os) estariam mais habilitadas(es/os) e com mais recursos para transformar sua realidade. Alia-se a isso a importância da continuidade em projetos e gestão social, conforme demonstra o trabalho de Dandara Chiara Ribeiro Trebisacce (2023), mestra em Gestão Pública que teceu estudo de dissertação sobre a Rede Cidadã. Segundo ela, devem ser estabelecidos capacitação continuada, mediação com as oportunidades de trabalho, acompanhamento pós-contratação e atuação da equipe nos casos de ruptura dos contratos de trabalho. Em outras palavras, uma formação duradoura, com convivência, apoio e monitoramento, capaz de resgatar e fortalecer os vínculos familiares, criando um ambiente de suporte ampliado de inclusão no círculo social e no mundo da geração de trabalho e renda (Trebisacce, 2023).

Com essa finalidade, foi criada pela Rede a “Trilha de Desenvolvimento do Usuário e Família”. O núcleo central dela é a formação socioemocional e a articulação em rede, preparando as pessoas para a conquista da autonomia pessoal e financeira e a ampliação de seus recursos de suporte. Desse modo, no decorrer do percurso, firmam-se conexões de continuidade da carreira, desde o preparatório para ser jovem aprendiz e para o estágio até o emprego nas empresas parceiras. Um projeto duradouro que se constitui articulando a rede de atores locais, ligados à administração municipal, às políticas públicas de assistência social, ao Conselho da Criança e do Adolescente, a outras organizações sociais e às empresas parceiras.

Essas frentes de atuação, seu efeito multiplicador, são capazes de gerar convergência, de confluir corpos, vidas, experiências, recursos, configurando novos sistemas, novas trocas econômicas, culturais e simbólicas. Como nos ensina Antônio Bispo dos Santos, conhecido como Nego Bispo, lavrador, poeta, professor, ativista político ambiental, quilombola e de direitos pelo uso da terra: “Quando a gente confluencia, a gente não deixa de ser a gente, a gente passa a ser a gente e outra gente – a gente rende. A confluência é uma força que rende, que aumenta, que amplia. Essa é a medida” (Santos, 2023, p. 4-5).

Embora a Rede Cidadã não utilize o conceito de confluência em sua ementa do TEX, suas práticas e premissas metodológicas exemplificam-na ao enfatizarem a importância de nos integrarmos. Nesse sentido, a OSC intenta que as relações socioculturais e a economia confluam, salientando a necessidade de ampliar as bases desenvolvimentais de quem trabalha com inclusão social, por isso promovendo práticas para a conexão pessoal e ambiental.

A articulação em rede pretende criar condições para a sustentabilidade de um projeto social duradouro, capaz de viabilizar o apoio contínuo para a formação pessoal, a inserção no mundo do trabalho e o desenvolvimento de carreira profissional. Aos poucos, as redes de geração de trabalho e renda estabelecem e multiplicam conexões com o ecossistema local, criando caminhos para novas alternativas de trabalho e renda a partir de conceitos e práticas da economia criativa e sustentável.

## **CONCLUSÃO**

Em um cenário social com tantas dificuldades de acesso e desigualdades como o brasileiro, entidades de assistência social como a Rede Cidadã podem exercer papel estratégico. Conforme Mariana de Castro Moreira (2014, p. 64), “hoje frente à complexificação das próprias demandas sociais, muitos atores passam a atuar e a fazer parte do que se chama de sociedade civil organizada, configurando um campo de forças e disputas [...]”, em contraste com o cenário dos anos 1960 e 1970, no qual as fronteiras entre o Estado e os demais entes eram mais delimitadas.

Ainda segundo Mariana de Castro Moreira (2014, p. 63), “experiências têm demonstrado que a atuação local e descentralizada destas organizações possibilita certa informalidade, agilidade e capilaridade muitas vezes não alcançada pela atuação estatal”. Evidentemente, essa privatização do público e transferência de atribuições fazem borrar as fronteiras entre público e privado, gerando novos problemas,

como o esvaziamento de coletivos de luta por direitos (Peroni, 2017). Contudo, essa se tornou inegavelmente a nova face da atuação democrática, operante numa lógica fluida de interconexão em rede em prol da solução de problemas, da racionalização de recursos e da superação de desafios.

Nesse cenário, a OSC Rede Cidadã empreende em contextos desafiadores, como empregabilidade de jovens, pessoas idosas, com deficiência, LGBTQIAP+ e outros grupos em situação de vulnerabilidade, confrontando as barreiras do capacitismo, do etarismo, da homofobia, entre outras. O enfrentamento de resistências, conflitos e preconceitos provoca a necessidade de constante articulação política interorganizacional e interdisciplinar, a qual a instituição especialmente se propõe com fim de produzir inovações, transferir tecnologias e adquirir protagonismo no campo assistencial brasileiro, conforme aponta Fernanda Sansão Hallack (2023), mestra em Gestão Pública que pesquisou a frente de atuação com jovens aprendizes na Rede Cidadã.

As práticas em expansão da consciência e o resgate de saberes ancestrais como possibilidades para o necessário trabalho de inclusão social buscam justamente testar os limites das restrições impostas, levantar as potencialidades e *insights* criativos de todos os envolvidos, ampliar o leque de possibilidades, conectar sensibilidades, saberes, formas de estar e de lutar no mundo. Formas essas que contam histórias, e que ao contar histórias suspendem o tempo apressado e monetarizado da dinâmica capitalista.

Esse adiamento é o que propõe Ailton Krenak, líder indígena, ambientalista, filósofo, poeta e escritor brasileiro, no livro *Ideias para adiar o fim do mundo*, no qual sugere alternativas para o desenvolvimento, a conexão com a natureza e a ancestralidade na atualidade, como meios para nossa continuidade e sobrevivência. Segundo ele, nossa atual conjuntura cria ausências: “[...] do sentido de viver em sociedade, do próprio sentido da experiência da vida. Minha provocação sobre adiar o fim do mundo é exatamente sempre poder contar mais uma história” (Krenak, 2020, p. 26-27).

Nessa perspectiva, o título da obra do ambientalista inspira o nosso trabalho, ilustrando a atuação da Rede Cidadã. O trabalho da OSC pode ser considerado também uma alternativa “para adiar o fim do mundo”, na medida em que convida a todas(es/os) ao encontro entre pares, a vivências coletivas em roda, a experiências na natureza e de cuidado junto às famílias e às instituições, entre outros aspectos. Arriscamos tecer essa metáfora de que estariam, então, de maneira inovadora, apresentando uma estratégia para adiar o fim do mundo, contando novas histórias com, pelo menos, 130.877 pessoas atendidas até o momento (Rede Cidadã, [s.d.]).

Somos parceiras(es/os) dessa ideia, pensando que se pudermos exercê-la de forma cada vez mais intensa e ampla, estaremos adiando o nosso fim, a destruição social e ambiental. A aposta de valorizar novos aspectos das práticas de inclusão permite a diversas(es/os) cidadãs(aes/aos) em vulnerabilidade contar suas histórias e construir novas histórias sobre si e sobre o mundo onde vivem, articulando redes para transformações sociais, que conectam saberes populares, organizações sociais e conhecimento técnico-científico para sustentabilidade econômica, social

e ambiental. Assim, o processo de inclusão social progressivamente contará novas histórias: de acesso a direitos, participação política e econômica, conquista de autonomia e cidadania. Segundo Krenak (2020), será contando novas histórias que “adiaremos o nosso fim”.

## REFERÊNCIAS

- ABDALA, Vitor. **IBGE: taxa de desemprego de jovens atinge 27,1% no primeiro trimestre**. Agência Brasil, 2020. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2020-05/ibge-taxa-de-desemprego-de-jovens-atinge-271-no-primeiro-trimestre>. Acesso em: 29 mar. 2024.
- AGUNE, Roberto. O governo no século XXI. *In*: AGUNE, Roberto; GREGÓRIO, Alvaro; NEVES, Ana; DIAS, Isabel de Meiroz; CARLOS, José Antônio; BOLLIGER, Sergio (org.). **Dá pra fazer: gestão do conhecimento e inovação em governo**. São Paulo: Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional, 2014. p. 22-33.
- ALVES, Fernando Almeida; CARVALHO, Maria Tatiana Pessoa Costa de; TSALLIS, Alexandra Cleopatre; AIRES, Jackeline Sibelle Freires. 20 years of “Rede Cidadã”: education involving mind, body and emotions in the work for social inclusion. **International Journal of Human Sciences Research**, Editora Atena, v. 1, n. 5, p. 1-8, 2021.
- BOLLIGER, Sergio. Inovação depois da Nova Gestão Pública. *In*: AGUNE, Roberto; GREGÓRIO, Alvaro; NEVES, Ana; DIAS, Isabel de Meiroz; CARLOS, José Antônio; BOLLIGER, Sergio (org.). **Dá pra fazer: gestão do conhecimento e inovação em governo**. São Paulo: Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional, 2014. p. 34-49.
- BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. **Tecnologia Social**. Brasília: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, [s.d.]. Disponível em: [https://antigo.mctic.gov.br/mctic/opencms/ciencia/politica\\_nacional/\\_social/Tecnologia\\_Social.html](https://antigo.mctic.gov.br/mctic/opencms/ciencia/politica_nacional/_social/Tecnologia_Social.html). Acesso em: 15 set. 2024.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Mortalidade por suicídio e notificações de lesões autoprovocadas no Brasil, 2010 a 2019. **Boletim Epidemiológico**, v. 52, n. 33, set. 2021.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Práticas Integrativas e Complementares em Saúde - PICS**. Brasília: Ministério da Saúde [s.d.]. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/p/pics/pics>. Acesso em: 14 abr. 2024.
- BRASIL. Receita Federal. **Organização da Sociedade Civil (OSC)**. Brasília: Receita Federal, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/cidadania-fiscal/extensao/osc>. Acesso em: 5 ago. 2024.
- BRITO, Monique Araújo de Medeiros. **Retirância-mulher: uma epistemologia nordestina produzida COM as extravagâncias e assentamentos da vida**. 2021. 198f. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2021.
- CERQUEIRA, Daniel Ricardo de Castro; COELHO, Danilo Santa Cruz. **Democracia racial e homicídios de jovens negros na cidade partida**. Brasília/Rio de Janeiro: Ipea, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/7383>. Acesso em: 1º jan. 2023.
- CHEDID, Samira. Economia Criativa: você sabe o que é? **Politize!**, 2017. Disponível em: [https://www.politize.com.br/economia-criativa/?https://www.politize.com.br/e=&gad\\_source=1](https://www.politize.com.br/economia-criativa/?https://www.politize.com.br/e=&gad_source=1). Acesso em: 09 ago. 2024.
- COSTA, Fernanda Mazzoni da; GRECO, Rosangela Maria; ALEXANDRE, Neusa Maria Costa. Ioga na saúde do trabalhador: revisão integrativa de estudos de intervenção. **Revista Brasileira de Medicina do Trabalho**, v. 16, n. 4, p. 509-519, 2018. <https://doi.org/10.5327/Z1679443520180191>
- CURADORIA TEX. **[Material interno]**. Coordenação do curso de formação de terapeutas da expansão da consciência, 2020.
- DOBBIN, Gilson. Brasil é o país que mais mata população LGBTQIA+; CLP aprova Seminário sobre o tema. Câmara dos Deputados, 2022. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/clp/noticias/brasil-e-o-pais-que-mais-mata-populacao-lgbtqia-clp-aprova-seminario-sobre-o-tema>. Acesso em: 30 out. 2024.

ETZKOWITZ, Henry; ZHOU, Chunyan. Hélice Tríplice: inovação e empreendedorismo universidade-indústria-governo. **Estudos Avançados**, v. 31, n. 90, p. 23-48, 2017. <https://doi.org/10.1590/s0103-40142017.3190003>

FAVERO, Sofia. “Como atender travestis e pessoas trans?”: (des)cisgenderizando o cuidado em saúde mental. **Cadernos Pagu**, n. 66, p. e226613, 2022. <https://doi.org/10.1590/18094449202200660013>

GOMES, Irene; BRITTO, Vinícius. Censo 2022: número de pessoas com 65 anos ou mais de idade cresceu 57,4% em 12 anos. **Agência de Notícias - IBGE**, 2023. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38186-censo-2022-numero-de-pessoas-com-65-anos-ou-mais-de-idade-cresceu-57-4-em-12-anos>. Acesso em: 29 mar. 2024.

HALLACK, Fernanda Sansão. **Rede Cidadã: rede sociotécnica em ação em prol do Programa Jovem Aprendiz**. 2023. 144 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Controladoria e Gestão Pública) – Faculdade de Administração e Finanças, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pessoas com deficiência e as desigualdades sociais no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. n. 47. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101964>. Acesso em: 2 ago. 2023.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

LATOUR, Bruno. Como falar do corpo? A dimensão normativa dos estudos sobre a ciência. In: NUNES, João Arriscado; ROQUE, Ricardo (org.). **Objectos impuros: experiências em estudos sobre a ciência**. Porto: Afrontamento, 2008. p. 39-61.

LATOUR, Bruno. **Onde aterrar?: como se orientar politicamente no antropoceno**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

LATOUR, Bruno. **Reagregando o social: uma introdução à teoria do ator-rede**. Salvador; Bauru: EDUFBA; EDUSC, 2012.

MONTEIRO, Ana Claudia Lima; RAIMUNDO, Maria Paula Borsoi; MARTINS, Bárbara Gerard. A questão do sigilo em pesquisa e a construção dos nomes fictícios. **Psicologia, Conocimiento y Sociedad**, v. 9, n. 2, p. 157-172, 2019. <https://doi.org/10.26864/pcs.v9.n2.6>

MORAES, Marcia. PesquisarCOM: política ontológica e deficiência visual. In: MORAES, Marcia; KASTRUP, Virginia (org.). **Exercícios de ver e não ver: arte e pesquisa com pessoas com deficiência visual**. Rio de Janeiro: Nau, 2010. p. 26-51.

MOREIRA, Mariana de Castro. **“O que foi feito, amigo, de tudo que a gente sonhou?”: Uma cartografia da atuação de Organizações da Sociedade Civil no fortalecimento da democracia**. 2014. Tese (Doutorado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

ONU - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Sobre o nosso trabalho para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil**. Nações Unidas Brasil, [s.d.]. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 13 ago. 2024.

PERONI, Vera Maria Vidal. Relação público-privado na educação básica: a democratização da educação? **Movimento-revista de educação**, n. 5, 2017. <https://doi.org/10.22409/mov.v0i5.32611>

REDE CIDADÃ. **Metodologia de atuação**. Rede Cidadã, [s.d.]. Disponível em: <https://www.redecidada.org.br/metodologia-de-atuacao/>. Acesso em: 30 mar. 2024.

REDE UNIDA. **“Quem são os anormais da hora?”**. Rede Unida, 2011. Disponível em: <http://historico.redeunida.org.br/noticia/quem-sao-os-anormais-da-hora>. Acesso em: 29 mar. 2024.

SANTOS, Adriane Shibata; DICKIE, Isadora; CAVALCANTI, Anna Luíza de Sá; PFEIFFER, Karla. Projeto BRINEQUO: fomentando sustentabilidade e inclusão social em atividades de ensino e extensão. **Plural Design**, Joinville, v. 6, n. 1, p. 112-122, 2023. <https://doi.org/10.21726/pl.v6i1.2186>

SANTOS, Antônio Bispo dos. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: Ubu Editora/PISEAGRAMA, 2023.

SILVA, Amanda. **Idosos no mercado de trabalho: Entenda o cenário, vantagens e como inclui-los**. Sólides, 2024. Disponível em: <https://blog.solides.com.br/idosos-no-mercado-de-trabalho/>. Acesso em: 29 mar. 2024.

STARLING, Heloisa; SCHWARCZ, Lilia Moritz. Lendo canções e arriscando um refrão. **Revista USP**, São Paulo, n. 68, p. 210-233, 2006. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i68p210-233>

TREBISACCE, Dandara Chiara Ribeiro. **Letrilhamento: tecnologia social para o trabalho em rede**. 2023. Dissertação (Mestrado Profissional em Controladoria e Gestão Pública) – Faculdade de Administração e Finanças, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

TSALLIS, Alexandra Cleopatre; ALMEIDA, Beatriz Prata; MELO, Rafaelle Cristine Diogo; BREDARIOL, Tereza de Magalhães. Do anonimato à política de nomes: pesquisas de campo com teoria ator-rede. **Psicología, Conocimiento y Sociedad**, v. 10, n. 1, p. 184-204, 2020.

WATANABE, Jefferson Yuji; BORGES, Larissa de Moraes Barbosa; GUILHERME, Luciana. Economia criativa: um olhar cronológico. **Diálogo com a economia criativa**, v. 9, n. 25, 2024.

## Sobre os autores

**Jackeline Sibelle Freires Aires:** Doutoranda (segundo ano) e Mestra em Psicologia Social pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

**Fernanda Sansão Hallack:** Mestre em Controladoria e Gestão Pública/Mestrado para Inovação – CNPq nº 12/2020.

**Danielly Pierre Procopio da Rocha:** Doutora em Psicologia Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

**Sonalle Cristina de Azevedo da Fonseca:** Doutoranda (primeiro ano) e Mestra em Psicologia Social pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

**Raiene Herculano Santiago:** Discente da graduação em Psicologia (quinto período) pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

**Conflito de interesses:** nada a declarar – **Fonte de financiamento:** Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e Rede Cidadã.

**Contribuições dos autores:** Aires, J. S. F.: Conceituação, Curadoria de Dados, Análise Formal, Obtenção de Financiamento, Investigação, Metodologia, Administração do Projeto, Recursos, Validação, Visualização, Escrita – Primeira Redação, Escrita – Revisão e Edição. Hallack, F. S.: Curadoria de Dados, Análise Formal, Visualização, Escrita – Primeira Redação, Escrita – Revisão e Edição. Rocha, D. P. P.: Escrita – Primeira Redação, Escrita – Revisão e Edição. Fonseca, S. C. A.: Metodologia, Visualização, Escrita – Revisão e Edição. Santiago, R. H.: Visualização, Escrita – Revisão e Edição.

